



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681042 - SP (2021/0224332-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : KLEAN CINTRA PRADO
ADVOGADO : KLEAN CINTRA PRADO - SP372085
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JHONATAN ROCHA DE SOUSA LOPES MARIANO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JHONATAN ROCHA DE SOUSA LOPES MARIANO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos autos do HC 2085114-38.2021.8.26.0000.

O paciente encontra-se preso preventivamente desde 16/4/2021 por suposta prática do delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, uma vez que negou o pedido de revogação de prisão preventiva feito no HC 2085114-38.2021.8.26.0000 sem fundamentação idônea para manutenção da segregação do paciente.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fl. 36):

HABEAS CORPUS – Tráfico de droga – Segregação cautelar suficientemente fundamentada – Insuficiência de medidas cautelares alternativas – A existência de condições pessoais não pode, por si só, ensejar a liberdade – Inviabilidade de aprofundada análise do contexto fático-probatório em sede de *habeas corpus* – A decretação da prisão preventiva não exige juízo de certeza, próprio da sentença condenatória – Liberdade incabível – ORDEM DENEGADA.

Alega, em síntese, que a prisão preventiva não pode ser baseada no perigo abstrato do delito, tampouco é possível afirmar que o paciente irá ou não, amanhã, cometer novos delitos. Sustenta ainda que o impetrante é primário, tem bons antecedentes, possui residência fixa e mantém atividade profissional lícita.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja revogada a prisão preventiva com a expedição do competente alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente